

Carta Constitutiva

www.crescimentosustentavel.org

Enquadramento

Não podemos iludir-nos quanto à dimensão dos nossos problemas. O défice e a dívida pública, sendo muito graves, são apenas uma parte do problema português.

A retoma da economia internacional e a resolução do nosso endividamento, quando ocorrerem, não produzirão, por si, crescimento económico, emprego e justiça social.

É fácil concluir que estamos perante um enorme desafio, quando se verifica que:

- a nossa produtividade é 64% da média europeia;
- o Estado já consome cerca de 50% da riqueza nacional;
- a intensidade energética no PIB e a intensidade dos transportes no PIB são das maiores da EU;
- os produtos de alta tecnologia representam apenas 7% das exportações (a média europeia é de 18%);
- cerca de 20% dos portugueses são pobres;
- somos o Estado com as maiores desigualdades sociais da Europa;
- os nossos jovens têm competências nos domínios da leitura, da Matemática e das ciências, muito abaixo da média da OCDE;
- apenas 50% da população jovem tem o ensino secundário;
- 2 milhões de pessoas ainda não tem saneamento básico;
- o nosso investimento privado em I&D é apenas 0,6% do PIB;
- importamos 30% das nossas necessidades alimentares;
- o défice comercial na agricultura ronda, actualmente, 3.000 milhões de euros.

É tempo de assumirmos que o nosso problema é estrutural, que não resulta apenas da falta de financiamento externo e que não se resolverá sem uma alteração radical do nosso modelo de desenvolvimento: um modelo de desenvolvimento sustentável, inteligente, competitivo e inclusivo, que necessita de novas opções estratégicas e de um quadro ambicioso de reformas capaz de transcender, simultaneamente, o horizonte temporal de uma legislatura e as heranças político-culturais do passado. Nesse sentido, é necessário assumirmos **10 desafios**:

1. Levar a democracia mais longe
2. Afirmar uma sociedade de valores e de consciências
3. Dar mais liberdade aos cidadãos, com menos influência do Estado
4. Promover adequadamente a flexibilidade e a segurança no trabalho
5. Valorizar o conhecimento e a cultura empreendedora
6. Escolher uma nova carteira de actividades económicas
7. Fomentar uma economia verde
8. Estabelecer um novo modelo territorial
9. Assegurar uma justiça célere e eficaz
10. Tornar Portugal activo nos desafios globais

Chegou a hora de libertar o potencial de crescimento de Portugal.

A Plataforma para o Crescimento Sustentável dará, num quadro de ampla participação pública e de articulação com centros de I&D nacionais e *think tanks* internacionais, um contributo para a afirmação de um modelo de crescimento sustentável.

1. Levar a Democracia mais longe

A insatisfação dos portugueses com sua democracia não pode mais deixar de encarar-se. É da razão e do mérito que deve emergir o poder, que só com transparência pode ser exercido.

Num momento de crise económica e de crise de identidade, nacional e europeia, é fundamental estimular a participação cívica e assegurar um debate transparente e aberto sobre as escolhas políticas, evitando que aquela insatisfação se transforme em deriva anti-democrática.

É chegado o momento de levar a democracia mais longe.

Primeiro, desenvolvendo novos mecanismos de participação mais directa dos cidadãos e das instituições na definição e na aplicação das políticas públicas.

Segundo, acelerando a descentralização político-administrativa e o envolvimento dos cidadãos no governo local.

Terceiro, avançando para novas formas de representatividade, assegurando maior responsabilização e proximidade dos eleitos para com os eleitores.

Quarto, alargando as responsabilidades e a influência das instituições intermédias, das empresas do “terceiro sector”, das organizações de voluntariado e das Organizações Não Governamentais (ONG), que estão em condições de prestar muitos serviços públicos, com maior qualidade e eficiência do que o Estado.

Quinto, reforçando a base científica das políticas públicas:

o Parlamento e o Governo devem agir como gestores de risco, envolvendo a comunidade científica na avaliação custo-benefício das iniciativas legislativas e suscitando

a discussão pública das decisões de carácter estratégico.

Sexto, promovendo maior transparência no exercício de cargos públicos e assumindo um combate determinado

a todas as actuações desviantes no exercício desses cargos.

Sétimo, facilitando o acesso de todos – instituições, cidadãos, jornalistas e investigadores – aos documentos da administração pública e dos órgãos de soberania e aos dados estatísticos relevantes.

2. Afirmar uma sociedade de valores e de consciências

Mais do que uma sociedade do conhecimento precisamos de uma sociedade de consciências, reabilitando a visão humanista e personalista, adequando-a aos desafios do nosso tempo.

A sociedade portuguesa não está imune aos sintomas da cultura materialista e individualista: o empobrecimento do bem-comum e da cidadania, o totalitarismo de uma sociedade de lazer e de direitos, a preferência pelo relativismo em detrimento dos valores, as derivas dos oportunismos à custa do aniquilamento da responsabilidade eticamente fundada, o culto do imediato e do curto-prazo em desfavor da reflexão prospectiva, a apropriação dos direitos das gerações futuras por parte das actuais gerações, a falta de sentido comunitário.

A política não pode ficar de fora do debate sobre a desestruturação da cidadania. Enganam-se aqueles que consideram não ser este um domínio da esfera das políticas públicas. A igualdade sem responsabilidade gera indignação. A liberdade sem responsabilidade gera totalitarismo.

É tempo de à sociedade dos direitos suceder uma sociedade dos direitos e dos deveres, da liberdade e da responsabilidade, da confiança nas instituições e nas comunidades.

Uma sociedade estribada na liberdade dos presentes, sem pôr em causa os direitos dos vindouros. Uma sociedade estruturada na ética do futuro: a ética que, aplicada no tempo presente, reabilita o tempo futuro. Uma sociedade que pugna pela solidariedade entre gerações.

3. Dar mais liberdade aos cidadãos, com menos influência do Estado

Esta é uma opção por uma nova visão do Estado: um Estado mais pequeno, mas muito mais criterioso, transparente e eficaz.

É preciso que a sociedade portuguesa se liberte do peso do Estado; é preciso libertar a sociedade portuguesa do peso do Estado. O Estado já consome metade da riqueza nacional.

A diminuição da extensão e da presença do Estado, indispensável para reduzir a despesa pública e permitir a sua sustentabilidade financeira, deve ser acompanhada por uma modernização que garanta ganhos de eficiência e a protecção adequada da justiça social e da sã concorrência.

O que está em causa não é apenas eliminar as “gorduras do Estado” ou a ineficiência da administração pública: **urge eliminar subsídios e proteccionismos injustificados e repensar as funções do Estado à luz das actuais realidades demográficas, sociais e económicas.**

Ao Estado devem, cada vez mais, ser reservadas as funções essenciais de soberania, as funções de serviço público nos sectores estratégicos e as funções de regulação e fiscalização nos restantes sectores.

O papel de fomento económico do Estado não pode ignorar-se; mas só pode concretizar-se com critério rigoroso e transparente.

Nas políticas sociais, em especial na saúde e na educação, precisamos de um Estado que garanta o fornecimento de serviços públicos de excelência, num quadro de liberdade de opção pelos cidadãos e de sã complementaridade entre os vários prestadores desses serviços, assegurando-se que nenhum cidadão deixe de aceder a serviços de qualidade por razões económicas.

Urge, pois, redesenhar o Estado-Social.

No sector empresarial, é necessário um Estado mais pequeno mas mais eficaz na promoção da concorrência e na arbitragem dos interesses privados.

No plano da regulação do mercado, é fundamental reforçar os poderes, as competências e a independência das entidades reguladoras.

É necessária uma maior e mais transparente contratualização do Estado com as instituições sem fins lucrativos na prestação dos serviços públicos.

4. Promover adequadamente a flexibilidade e a segurança no trabalho

A rigidez do mercado de trabalho não é a única razão dos elevados índices de desemprego em Portugal.

Mas essa rigidez laboral, que nos colocou na 110ª posição do *ranking* da competitividade do Fórum Económico Mundial, prejudica a economia e as empresas e, dessa forma, o emprego.

A pretendida segurança laboral transformou-se em rigidez, precariedade e desemprego:

- em diversas situações é mais fácil, a um empresário, promover um despedimento colectivo do que reduzir algum emprego para enfrentar uma quebra de vendas;
- atingiram-se índices inaceitáveis de trabalho precário, com 2 milhões de recibos verdes ou contratos a termo;
- existem quase 200 mil jovens desempregados, muitos deles altamente qualificados, representando uma taxa de desemprego duas vezes superior à média nacional.

Por outro lado, assiste-se a uma verdadeira segmentação do mercado de trabalho: uma parte (cada vez mais pequena) da população tem todos os direitos laborais e uma parte (cada vez maior) da população está demasiado desprotegida.

Uma agenda para o crescimento e o emprego não pode deixar de promover a segurança no trabalho, recusando o arbítrio e exigindo actuações fundadas em causas adequadas.

5. Valorizar o conhecimento e a cultura empreendedora

Basta de voluntarismo e de facilitismo.

Portugal precisa de apostar na qualificação, exigente e inclusiva, de todos os Portugueses.

Portugal precisa de apostar na reprodutividade do investimento público que tem vindo a ser realizado em ciência e educação, no reforço do investimento privado em I&D e no acesso eficiente a fontes internacionais e comunitárias de financiamento directo.

Não é suficiente exibir um suposto aumento do financiamento público. O que é verdadeiramente importante são os resultados que se alcançam com esse financiamento. Importa que cada euro investido em I&D, aumente a capacidade de publicar mais artigos científicos, de registar mais patentes, de celebrar novos contratos de transferência de conhecimento, de criar novos produtos e novas empresas de base tecnológica.

Num mundo globalizado não basta ter competências – é indispensável convocar e desenvolver o espírito empreendedor e criar um ambiente institucional mais amigável do sentido de risco e da iniciativa individual.

Só aqueles que forem capazes de assumir a mudança, olhando-a pelo prisma das oportunidades, e de arriscar, inovando, serão competitivos a nível global.

O Estado tem de valorizar – e não restringir, não raras vezes por preconceito e ignorância – a cultura empreendedora e a iniciativa individual; e o Estado tem de resistir à tentação de proteger os interesses instalados e de definir ele próprio os vencedores.

6. Apostar uma nova carteira de actividades económicas

Quando tudo é prioritário, nada é prioritário.

É necessário por isso fazer escolhas, aproveitando as vantagens comparativas existentes e apoiando prioritariamente as actividades de maior sustentabilidade económica e ambiental.

Portugal tem de focalizar as suas apostas em áreas que, cumulativamente, cumpram quatro requisitos:

- actividades e bens transaccionáveis;
- áreas onde existam condições naturais vantajosas;
- áreas que foram alvo de um esforço considerável ao nível da formação e do apetrechamento tecnológico;
- e, finalmente, áreas com elevada procura nos mercados emergentes.

Entre os sectores e actividades onde existem condições para consolidar verdadeiras regiões de conhecimento e de competitividade à escala global incluem-se, para além daqueles em que já hoje competimos com sucesso, a **energia**, a **biotecnologia** e as **ciências da vida**, os **novos materiais**, a **economia do mar**, o **turismo sustentável**, a **agricultura**, a **floresta** e as **indústrias criativas**.

7. Fomentar uma economia verde

O combate à mudança climática é urgente, é possível e é compensador.

O que a geração actual tem pela frente é um desafio tão grande e tão estimulante como o de verdadeiramente transformar economias.

Mais do que uma desculpa para o adiamento, **a crise económica e financeira deve ser encarada como mais uma razão para acelerar o combate às alterações climáticas.**

Para que esta revolução tecnológica conducente a uma economia de baixo carbono ocorra, é imprescindível definir, também em Portugal, metas e instrumentos muito mais ambiciosos de redução das emissões de gases de efeito de estufa, no período pós-2012, num quadro de equidade de esforços entre todos os sectores e de custo-eficiência.

A política de energia necessita de liderança, estratégia e reformismo. Urge apostar numa maior eficiência energética no consumo (nas habitações, nos escritórios, nas indústrias e nos transportes) e numa maior produção a partir de fontes renováveis – num quadro mais eficiente, mais coerente e mais competitivo.

Urge, igualmente, dotar o mercado de energia de maior concorrência, no âmbito ibérico e europeu, dotar a política tarifária de maior racionalidade e a política fiscal de maior coerência.

Esta nova atitude, **consumindo melhor e produzindo de modo mais limpo**, só traz vantagens: **combate as alterações climáticas; reduz a dependência energética do exterior**, em especial, do petróleo; e, finalmente, **gera novas oportunidades de negócio.**

A aposta na eco-eficiência, nas tecnologias limpas e na valorização dos recursos naturais endógenos é, não apenas um requisito essencial à qualidade de vida dos cidadãos, à protecção dos recursos e à **solidariedade inter-geracional**, mas também uma oportunidade para o crescimento económico, através da criação de novas empresas e empregos nos novos mercados mundiais de maior crescimento.

8. Estabelecer um novo modelo territorial

Temos muitos planos mas temos um mau planeamento.

O sistema actual é complexo, redundante, pouco acessível, burocratizado e dificilmente adaptável à mudança.

A complexidade do sistema de ordenamento do território é um dos principais factores de perda da competitividade nacional. A solução não pode continuar a passar pela aprovação de regimes de excepção concebidos como medidas avulsas, como é o caso dos PIN, das SRU, dos POLIS e dos reconhecimentos de interesse público para casos individuais e concretos.

A complexidade do sistema de ordenamento do território carece de uma resposta de fundo, que:

- clarifique a relação entre os diversos planos de ordenamento;
- agilize a revisão dos PDM;
- compatibilize as estratégias de desenvolvimento de municípios vizinhos;
- dissocie a sustentabilidade financeira dos municípios da sua actividade de licenciamento urbano;
- remunere os serviços prestados pelos ecossistemas.

Se não for seguida esta via, estaremos condenados à desertificação do interior, à destruição do litoral, à degradação da qualidade de vida nas cidades e à manutenção da corrupção que encontra na sinuosidade e incongruência das regras o seu campo mais fértil.

9. Assegurar uma Justiça célere e eficaz

Impõe-se uma profunda e alargada reforma do judiciário, feita com a responsabilidade e o método inerentes à reabilitação do próprio Estado de Direito, pois da reabilitação do Estado de Direito verdadeiramente se trata.

São inúmeros os diagnósticos dos últimos anos sobre a grave crise do sistema judicial. São até várias as quantificações sobre o seu impacto a nível social, económico, empresarial e financeiro, bem como sobre o investimento estrangeiro e sobre o Estado de Direito.

Impera a falta de celeridade e a ineficácia da Justiça, um sistema que funciona com meios escassos, imerso em burocracias e numa proliferação legislativa, quantas vezes de má qualidade. **As repercussões sociais sobre o deficiente funcionamento do sistema minam a sua credibilidade.**

Os últimos anos foram marcados por permanentes intervenções pontuais e meramente conjunturais, sem uma visão integrada e sem um claro objectivo reformador. Muitas das medidas acabaram por criar ainda maiores dificuldades ao sistema judicial. Impõe-se uma profunda e alargada reforma do sistema judiciário, com desígnios, medidas, objectivos e resultados perfeitamente definidos, envolvendo todos os operadores judiciários.

Uma reforma que transporte o sistema de justiça para o Século XXI criando novos procedimentos, métodos de gestão, critérios de produtividade e de racionalidade, novos meios de comunicação, de notificação, de redes de dados, de partilha de bases de dados, de formação e de sustentabilidade financeira.

Uma reforma em que os formalismos cedam à primazia do substancial.

Uma reforma numa perspectiva de humanização, com uma nova cultura judiciária virada para servir o cidadão e as empresas.

10. Tornar Portugal activo nos desafios globais

Portugal tem estado demasiado alheado da discussão sobre os grandes temas globais e sobre a construção europeia. Ora, o mundo precisa de uma resposta global, a Europa precisa de um novo impulso político e os partidos e organizações cívicas têm a obrigação de participar no desenho dessas respostas.

No plano económico, existe uma tendência, muito reforçada pelo tempo mediático, para que a nossa atenção se centre numa crise de cada vez. Os últimos anos têm evidenciado esta falta de visão integrada na abordagem da crise alimentar, energética, financeira, ambiental e demográfica. Mas, perspectivando-as correctamente, chega-se facilmente à conclusão de que se trata da sintomatologia de uma só crise: a do modelo de desenvolvimento da Humanidade.

Importa assumir a globalização como uma oportunidade e reconhecer a necessidade de a regular, colocando-a ao serviço do desenvolvimento sustentável, como uma prioridade da agenda nacional e internacional.

É necessária uma globalização inclusiva e sustentável que dê resposta à crise climática, à pobreza extrema e à volatilidade do preço das matérias-primas.

Mas não é, apenas, ao nível da dimensão socio-económica que urge repensar o desenho global das políticas públicas. O mesmo se passa na esfera dos novos direitos, liberdades e garantias.

As novas ameaças à segurança dos Estados e dos cidadãos, nomeadamente o terrorismo, a proliferação de doenças epidemiológicas e os fenómenos migratórios descontrolados, introduziram uma **nova tensão entre liberdade e segurança** e entre privacidade e escrutínio.

Não é possível pensar numa nova ordem europeia e mundial sem encontrar uma resposta adequada, fundada no primado da lei e no personalismo, garantindo a liberdade e protegendo os cidadãos.

Portugal tem, em torno de todas estas matérias, de **assumir plenamente o seu papel central no diálogo atlântico, lusófono e europeu.** Poucos países estão, como Portugal, tão vocacionados para o diálogo entre sociedades em desenvolvimento e sociedades desenvolvidas.

Assumir o papel que, neste contexto, pode e deve caber a Portugal – também como Estado da lusofonia –, passa por assumir, em plenitude, a condição de Estado-Membro da União Europeia (UE), contribuindo activamente para o aprofundamento da integração europeia, promovendo a revitalização do método comunitário e ultrapassando

a tendência, por parte de alguns Estados-Membros, para actuarem de modo unilateral.

Conclusão

O problema somos nós e a solução somos nós.

Há quanto tempo não fazemos algo de grande, todos?

Este é o momento. Só superaremos a crise actual se, todos, formos capazes de exercer responsabilmente a nossa liberdade no espaço público. Estamos todos convocados.

Estes desafios traduzem reformas estruturais que não podemos adiar. Chegou a hora de libertar o potencial de crescimento de Portugal.

A PCS é uma **associação independente, sem filiação partidária e sem fins lucrativos**. Daremos, num quadro de ampla participação pública e de articulação com centros de I&D nacionais e *think tanks* internacionais, um contributo para a afirmação de um modelo de crescimento sustentável.

Somos patriotas. Amamos Portugal e acreditamos nos Portugueses. Temos orgulho na nossa história. Mas não queremos viver no passado, nem do passado. O que nos motiva é a capacidade de transformar o futuro.

Somos abertos ao mundo. A esfera nacional não é suficiente para abraçar os desafios globais e, até, os desafios nacionais. Acreditamos no multilateralismo e na consagração dos bens públicos globais. Consideramos a globalização como uma oportunidade e a necessidade de a regularmos, colocando-a ao serviço do desenvolvimento sustentável, como uma prioridade da nossa agenda nacional e internacional.

Somos inconformistas, reformistas e sabemos assumir o risco. Grandes crises requerem audácia e arrojo.

Não nos resignamos perante a crise e sabemos que só a superaremos com reformas estruturais. Acreditamos que a realização de grandes coisas não depende, apenas, da possibilidade de as fazer: depende da vontade de as fazer.

Acreditamos no valor incontornável da liberdade e da dignidade de cada pessoa.

Acreditamos no valor das comunidades.

Assumimos a síntese personalista entre ambos.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

MISSÃO

A Plataforma para o Crescimento Sustentável dará, num quadro de ampla participação pública e de articulação com centros de I&D nacionais e *think tanks* internacionais, um contributo para a afirmação de um modelo de crescimento sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental.

Contribuirá activamente para o aprofundamento da construção europeia, para a capacitação dos países em vias de desenvolvimento e para a promoção de uma globalização inclusiva e sustentável.

INDEPENDÊNCIA

A Plataforma para o Crescimento Sustentável é uma associação independente, sem filiação partidária e sem fins lucrativos. Assume-se como um instrumento de reflexão e intervenção cívicas na área das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

DIMENSÃO INTERNACIONAL

A PCS estabeleceu uma relação de parceria com os seguintes *think-tanks* e Fundações internacionais: BRUEGEL (Bélgica), Centre for European Policy Studies - CEPS (Bélgica), ASTRID (Itália), REFORM (Reino Unido), Clinton Foundation (Estados Unidos), Pew Centre (Estados Unidos), RESPUBLICA (Reino Unido), Centre for European Studies - CES (Bélgica), ENTORNO (Espanha) e Adenauer (Alemanha)

ACTIVIDADES

A PCS desenvolverá 3 tipos de actividades:

- Conferências
- Publicação de *Policy Papers* e de Relatórios

No curto-prazo, elaboraremos o Relatório para o Crescimento Sustentável, identificando metas, decisões estratégicas e medidas que permitam libertar o potencial de crescimento de Portugal

- Formação política

ORGANIZAÇÃO

Direcção

Conselho Consultivo

Assembleia Geral

Conselho Fiscal

Grupos de Trabalho

GRUPOS DE TRABALHO (Triénio 2011 - 2013)

CONHECIMENTO

Coordenador : José Manuel Pinto Paixão

Ciência e Ensino Superior

Relator : Teresa Ponce de Leão

Empreendedorismo e Inovação

Relator : Emídio Gomes

Cultura

Relator : João Pinharanda

Educação

Relator : Rodrigo Queiroz e Melo

Sociedade da Informação

Relator : Jaime Quesado

Juventude e Desporto

Relator : Carla Mouro

BEM-ESTAR SOCIAL

Coordenador : José Manuel Canavarro

Emprego

Relator : Catarina Horta

Segurança Social

Relator : Miguel Coelho

Saúde

Relator : Ana Paula Martins

Família e Igualdade

Relator : Dália Costa

Consumidores

Relator: Pedro Neto Rodrigues

COMPETITIVIDADE

Coordenador : Jorge Vasconcelos

Reforma do Estado

Relator : Miguel Poiães Maduro

Fiscalidade

Relator : João Taborda Gama

Economia

Relator : Pedro Fontes Falcão

Finanças

Relator : João Moreira Rato

Agricultura e Florestas

Relator : Miguel Castro Neto

Comunicações

Relator : Carla Pedro

SUSTENTABILIDADE

Coordenador : Carlos Pimenta

Ambiente

Relator : Afonso Lobato Faria

Ordenamento do Território

Relator : Manuel Andrade Neves

Energia

Relator : Pedro Neves Ferreira

Mobilidade

Relator : Cristina Pinto Dias

Economia do Mar

Relator : Ivone Rocha

DESAFIOS GLOBAIS

Coordenador : Carlos Costa Neves

Europa

Relator : Maria do Carmo Marques Pinto

Globalização

Relator : João Relvão Caetano

Desenvolvimento e Cooperação

Relator : Jorge Monteiro

CIDADANIA, DEMOCRACIA E LIBERDADE

Coordenador : Abílio Morgado

Justiça

Relator : Luís Filipe Carvalho

Sistema Político

Relator : Joaquim Pedro Cardoso da Costa

Cidadania e Participação

Relator : Joana Correia da Silva

Segurança e Defesa

Relator : Miguel Monjardino

FORMAÇÃO

Coordenador : Carlos Coelho

PUBLICAÇÕES

Coordenador : Mariana Castro Henriques

DIRECÇÃO (Triénio 2011 - 2013)

Presidente : Jorge Moreira da Silva

Secretário-Geral : Miguel Goulão

Abilio Morgado

Carlos Coelho

Carlos Costa Neves

Carla Mouro

Carlos Pimenta

Joana Correia da Silva

José Manuel Amaral Lopes

José Manuel Canavarro

José Manuel Pinto Paixão

Jorge Vasconcelos

Manuel Fernandes Thomaz

Nilza Sena

Rui Boavida

ASSEMBLEIA GERAL (Triénio 2011 - 2013)

Presidente : Joana Carneiro

Vogal : Sérgio Marques

Vogal : Isabel Abalada Matos

CONSELHO FISCAL (Triénio 2011 - 2013)

Presidente : Rui Machete

Vogal : José Maria Ribeiro da Cunha (ROC)

Vogal : João Luís Gonçalves

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente : Francisco Pinto Balsemão

Anders Wijkman : Tallberg Foundation, Suécia; Club of Rome, Suíça

Andrew Haldenby : REFORM, Reino Unido

Ângelo Correia : Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa

António Monteiro : Embaixador

Arlindo Cunha : Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques

Belmiro de Azevedo : SONAIE

Carlos Carreiras : Instituto Sá Carneiro

Charles Buchanan : Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Neil O' Brien : Policy Exchange, Reino Unido

Cristina Garcia Orcoyen : Fundação Entorno, Espanha

Daniel Gros : Centre for European Policy Studies, Bélgica

Elliot Diringer : Pew Centre, Estados Unidos da América
Eduardo Oliveira Fernandes : Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Franco Bassanini : ASTRID, Itália
Goran Crastedt : Clinton Foundation
Hans-Gert Poettering : Fundação Konrad Adenauer
Isabel Jonet : Associação Banco Alimentar contra a Fome
Jaime Mayor Oreja : European Ideas Network
João Marques de Almeida : Comissão Europeia
Luís Cabral : New York University, Estados Unidos da América
Manuel Meirinhos : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa
Matt Dann : BRUEGEL, Bélgica
Paulo Neves : Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina
Pedro Marques Lopes : Gestor
Phillip Blond : Respublica, Reino Unido
Ricardo Reis : Columbia University, Estados Unidos da América
Teresa Gouveia : Fundação Calouste Gulbenkian
Vitor Bento : SEDES, Associação para o Desenvolvimento Económico e Social